

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

Às 08h30 do dia 15 de dezembro de 2020, por videoconferência, devido ao estado de emergência decorrente do Coronavírus, declarado pela Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, realizou-se a 12ª Reunião Ordinária de 2020 do Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, sob a presidência do Conselheiro Luis Felipe Salin Monteiro, com a participação dos Conselheiros Nina Maria Arcela, Marco Paulo Reis Tanure, João Pedro Viola Ladeira e Marco Aurélio Sobrosa Friedl. Fizeram-se presentes, também, durante os trabalhos do Colegiado, Gileno Gurjão Barreto, Diretor-Presidente, Carlos Moraes de Jesus, Auditor Interno, e Sara Franco Lustosa da Costa, André Henrique Fagundes Schirmer e Gustavo Assis Chaves, no exercício das atividades de Secretaria-Executiva do Conselho. **1. ABERTURA** – O Presidente do Conselho abriu a reunião, verificando a presença do quórum estipulado pelo disposto no Art. 18. do Estatuto Social do Serpro, aprovado em 23 de abril de 2020, e registrada a ausência do Conselheiro Cristiano Rocha Heckert justificada como férias no órgão de origem. A justificativa foi acatada pelo Colegiado. **2. COMUNICADOS E INFORMES – (2.1)** Foram disponibilizadas no SerproDrive as atas da Diretoria Executiva – DIREX (38ª a 40ª ordinárias). **(2.2)** Sobre os assuntos reportados no informe da Auditoria Interna – AUDIN, foi discutida a posição do Ministério da Economia (ME) encaminhada ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a necessidade de prévia autorização daquele Ministério, conforme Decreto 2.594/1998. **3. PENDÊNCIAS DE REUNIÕES ANTERIORES – (3.1)** Foram apresentadas as seguintes atas para assinatura: 9ª ordinária e 11ª a 13ª extraordinárias. **(3.2)** Foi disponibilizada no SerproDrive a planilha de Acompanhamento relativa às solicitações do Conselho. **4. IMPACTOS DE NEGÓCIO – TRANSBORDO DE ENTREGAS EM 2020 E CENÁRIO PARA 2021** – Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) Apresentação “Impactos de Negócio – Transbordo de entregas em 2020 e cenário para 2021”; (ii) o relatório da Diretoria de Desenvolvimento “sobre a previsão da execução das demandas de desenvolvimento e impactos no planejamento estratégico 2020-2021”, com seus anexos “A” até “G”; (iii) o extrato da ata da 45ª reunião ordinária de 2020 da Diretoria Executiva; (iv) a Nota Informativa SEI nº 31308/2020/ME; e (v) a Proposição de Voto 043/2020. O Diretor-Presidente apresentou o tema e convidou para apresentação, com a aprovação do Presidente do Conselho: o Diretor de Desenvolvimento, senhor Ricardo Cezar de Moura Jucá, o Diretor de Administração, senhor Antônio de Pádua Ferreira Passos, o Diretor de Relacionamento com Clientes, senhor André de Cesero, o Diretor de Operações, senhor Antonino dos Santos Guerra Neto, o Diretor de Desenvolvimento Humano, senhor Wilson Biancardi Coury, e o Superintendente Jurídico, senhor Juliano Couto Gondim Naves. A apresentação abordou a contextualização do problema e a incapacidade de atendimento do Serpro, no curto prazo, da atual demanda dos clientes, apontando os principais

processos do Governo Federal impactados. Foram apresentadas as entregas não realizadas em 2020 e o reescalonamento de prazos proposto pelo Serpro, considerada a capacidade de desenvolvimento atual, estratificadas pelos principais clientes. A apresentação também abordou as ações para mitigação do problema adotadas pela Diretoria Executiva, os impactos financeiros no Serpro e nas metas do Planejamento Estratégico para 2021. Foram colocados em debate três cenários e propostas de solução, sendo: Cenário 1, subcontratação de serviços de desenvolvimento; Cenário 2, concurso público temporário; e Cenário 3, subcontratação de serviços de desenvolvimento e concurso público temporário. O modelo de trabalho para a subcontratação foi apresentado e discutido, ressaltando que as atividades classificadas como transbordo ainda precisariam do aval dos respectivos clientes para sua execução indireta, o que diminui o risco jurídico da opção. Foram discutidas questões como o percentual de esforço a ser executado de forma indireta, a necessidade de revisão de normativos internos e a necessidade de elasticidade da capacidade, tanto para absorver novas demandas, quanto para diminuir a força de trabalho após as demandas represadas serem efetivamente entregues. Sobre a opção do concurso temporário, foi discutido que a contratação temporária seria uma novidade no Serpro, e as decisões, dentro do quadro definido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, estariam na alçada da Diretoria Executiva, não cabendo ao Conselho de Administração a sua aprovação. O Colegiado ainda discutiu que, apesar do equacionamento do transbordo apresentado, as metas discutidas para a Empresa projetavam um crescimento para 2021 e 2022, sendo este estrutural e que requeria um plano definitivo para atender a toda a necessidade de digitalização do governo, além do esforço de sustentação das soluções previstas para entrega. Questionado sobre o risco de não aceitação dos clientes da contratação do Serpro, contando com execução indireta, foi respondido que seria muito importante para a Empresa ter força para trabalhar as demandas, até para poder negociar novas entregas, mas os sistemas considerados estratégicos não podiam ser contemplados por esse dispositivo, por vedação legal (§2º, do art. 2º, da Lei 5.615, de 13 de outubro de 1970), mas outros sistemas, não considerados estratégicos, dos atuais clientes e novos clientes passariam por um processo de experimentação, onde a contratação aconteceria por demanda, com empresas pré-qualificadas. O conselheiro Marco Aurélio Sobrosa Friedl informou que fez contato com alguns líderes do desenvolvimento para levantar opinião sobre o tema, destacando as vantagens, desvantagens e riscos. Trouxe para discussão do Colegiado, os seguintes pontos: sobre o fato da empresa estar no Plano Nacional de Desestatização (PND) e os impactos decorrentes sobre as contratações e possíveis atrasos nesses processos, no caso de necessidade de manifestação do Ministério da Economia; sobre a necessidade de preparação da empresa para a execução indireta de algumas atividades; sobre a dificuldade de afastamento de riscos trabalhistas; sobre aspectos da segurança da informação e qualidade do software. O Colegiado aprovou o Cenário 3, com a votação da seguinte forma: sobre a contratação de novos funcionários, por concurso temporário, foi aprovada, por unanimidade, a proposta da Diretoria Executiva; e quanto à possibilidade de execução indireta das atividades de “Codificação” e “Testes Funcionais”, foi aprovada,

com 4 (quatro) votos favoráveis e 1 (um) contrário, conforme a proposta da Diretoria Executiva, sendo registrado o voto dissidente do conselheiro Marco Aurélio Sobrosa Friedl. O conselheiro ponderou que a situação de crescimento vivenciada pela Empresa nos últimos anos, e projetada para anos seguintes, aliado à diminuição da força de trabalho, por desligamento ou aposentadoria sem a respectiva reposição da força de trabalho, eram indícios suficientes para demonstrar que a solução não poderia ser apenas paliativa, mas definitiva, e a autorização para execução indireta, não seria, na visão do conselheiro, a solução para o problema. Na justificativa do seu voto contrário, relacionou os seguintes fatores: não terceirizar a atividade-fim da empresa; risco de vínculo trabalhista; risco da exposição das informações de negócio, possibilidade de vazamento de dados, baixa qualidade do código do software gerado e dificuldades da manutenibilidade do mesmo. Os conselheiros que votaram a favor da autorização para a execução indireta de atividades de “Codificação” e “Testes Funcionais”, fundamentaram seu posicionamento na apresentação realizada, no material disponibilizado e na afirmação da Diretoria que os riscos trabalhistas e de negócio se encontravam mitigados, bem como que existe embasamento legal para a sua sustentação. No entendimento dos conselheiros que aprovaram tal medida, sua adoção se mostra emergencial para a sobrevivência da Empresa, sob risco de perda de clientes, receita, frustração de entregas e não cumprimento de prazos, além de outras cláusulas contratuais. Nesse sentido, o Serpro encontra-se sob risco de sofrer penalidades impostas por tais contratos, não se limitando somente a multas por não cumprimento de prazo e cancelamento dos respectivos contratos. Por fim, os conselheiros destacaram que, apesar do crescimento experimentado pela empresa nos últimos anos, as duas medidas – subcontratação de serviços e concurso público temporário, por seu caráter temporário, estão compatíveis com a situação do Serpro de empresa incluída no PND, objeto de estudos e análises para a definição de sua condição futura. O Colegiado ainda solicitou: (a) Que a Diretoria Executiva consultasse o Conselho do Programa de Parceria de Investimentos (CPPI) se esse tipo de contratação e o concurso temporário prescindiriam da aprovação daquele Conselho; (b) que a Diretoria Executiva apresente, ainda no primeiro semestre de 2021, um plano de longo prazo para equacionamento da capacidade da empresa. **5. PLANO ESTRATÉGICO 2021** – Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) Apresentação “Estratégia Empresarial e Plano de Negócio 2020-2024 – Ciclo 2021”; (ii) a Nota Informativa SEI nº 31308/2020/ME; e (iii) a Proposição de Voto 042/2020. O Diretor-Presidente apresentou o tema e convidou para apresentação, com a aprovação do Presidente do Conselho: O Diretor de Desenvolvimento, o Diretor de Administração, o Diretor de Relacionamento com Clientes, o Diretor de Operações, o Diretor de Desenvolvimento Humano, o Superintendente de Controladoria, senhor Daniel Azevedo Pansani, a Gerente do Departamento de Gestão da Estratégia Empresarial, senhora Joanna Maia Carneiro da Cunha, o Gerente do Departamento de Estratégia de Negócio, senhor André Marra Gonçalves Araújo, a Gerente do Departamento de Governança Corporativa, senhora Maria Francisca Dutra, o Gerente do Departamento de Avaliação do Desempenho Econômico-Financeiro, senhor Carlos Rodrigo da Silva Santana, o Gerente da Divisão de Desempenho da Estratégia Empresarial, senhor Filipe Lima Queiroz, a

Gerente da Divisão de Desempenho e Avaliação da Governança Corporativa, senhora Fernanda Roscille Bezerra de Medeiros, a Gerente da Divisão de Gestão do Cadastro de Pessoal, senhora Nilva Hoffmann, e o Gerente da Divisão de Gestão da Cessão e Requisição de Pessoas, Relações Sindicais e Frequência, senhor Geoffrey Souza Cordeiro. Com a comunicação da decisão tomada no item anterior, a apresentação focou as metas apresentadas no material disponibilizado para o Cenário de adequação da capacidade. Questionado se o impacto do Programa de Desligamento Voluntário (PDV) já estaria refletido nas metas propostas, foi respondido que sim. Uma vez aprovado o assunto discutido no item 4 (transbordo de entregas em 2020 e cenário para 2021), o Colegiado aprovou a proposta da empresa considerando as metas 2021 previstas para o cenário de adequação da capacidade.

6. REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DO SERPRO – Em função da necessidade de encaminhamento da documentação destacada para 1ª Assembleia Geral de 2021, o assunto foi tratado como a 15ª Reunião Extraordinária de 2020 do Conselho de Administração.

7. PLANO DE INVESTIMENTOS 2021 – Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) Apresentação “Plano de Investimentos: Orçamento 2021”; e (ii) a Proposição de Voto 047/2020. O Diretor de Administração apresentou o tema e convidou para apresentação, com a aprovação do Presidente do Conselho: O Diretor de Operações, O Superintendente de Controladoria, senhor Daniel Azevedo Pansani, o Superintendente de Planejamento, Especificação e Negociação das Contratações e Gestão dos Recursos de TI, senhor Elvis Zamith Vilar Evangelista, o Gerente do Departamento de Gestão Orçamentária e Custos, senhor Georges Leitão dos Santos, o Gerente do Departamento de Gestão Corporativa de Engenharia de Serviços de Logística e do Ativo Imobiliário, senhor Rerman Bergamashi de Oliveira, o Gerente do Departamento de Desempenho e Planejamento de TI, senhor Leandro Lopes Lyra, e o Gerente do Departamento de Gestão dos Recursos e Ciclo de Vida de TI, senhor Francisco Mauro Henrique Evangelista de Souza. Foram apresentadas as etapas, limites, classificação entre hardware, software, obras e bens e os passos posteriores à aprovação. Foi discutido o detalhamento da lista do plano e do que foi priorizado, a limitação do montante e como seria tratada uma eventual substituição na lista aprovada, o volume baixo priorizado para ferramentas de produtividade do desenvolvimento. Foi também abordado o investimento no Centro de Dados de São Paulo e explicado que, seria feita uma nova abordagem, e que a despesa estaria então prevista para 2022. O Colegiado aprovou a proposta conforme apresentada pela Diretoria Executiva, e solicitou: (c) o encaminhamento do detalhamento das ações previstas no plano de investimento (R\$ 420.569.222) e no orçamento priorizado (R\$ 228.942.000), no primeiro acompanhamento do tema pelo Colegiado; (d) no caso de alteração das ações priorizadas, dar ciência da alteração ao Conselho de Administração; e (e) apresentar ao Conselho de Administração a nova abordagem para o Centro de Dados de São Paulo, quando concluída.

8. RISCOS ESTRATÉGICOS – ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO (2020-2024) COM ANÁLISE DE RISCOS PROPOSTOS – Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) Apresentação “Planejamento Estratégico – Riscos Estratégicos 2020-2024 – Ciclo 2021”; (ii) o quadro “Riscos Estratégicos 2021 – Visão consolidada – Conselho de Administração”; (iii) o quadro “Riscos Estratégicos 2021

– Visão avaliada pelo COGRS”; (iv) o quadro “Riscos Estratégicos 2021 – Visão consolidada – COGRS”; e (v) a Proposição de Voto 048/2020. O Diretor-Presidente apresentou o tema e convidou para apresentação, com a aprovação do Presidente do Conselho: o Superintendente de Controles, Riscos e Conformidade, senhor Tiago de Andrade Lima Coelho, o Gerente do Departamento de Controles Internos e Riscos, senhor Francisco de Assis da Silva Ribeiro e o analista Alexandre Vieira Coutinho. A convite do Presidente do Conselho de Administração, participaram também os membros do Comitê de Auditoria – COAUD, senhores Mauro Rodrigues Uchôa, Antônio Edson Maciel dos Santos e Adilson Herrero, acompanhados dos senhores Nilton Rocha de Araújo e Renata Pinheiro Gonsalves, na função de secretaria-executiva do Comitê. Foram apresentados os *Roadmaps* do Plano Estratégico e dos Riscos Estratégicos, situando a evolução do tema, o desdobramento dos Objetivos Estratégicos e sua ligação com os Riscos Estratégicos propostos pela Diretoria Executiva para o ciclo 2021, e o detalhamento dos 10 Riscos Estratégicos classificados. Foram discutidos: a descrição do Risco Estratégico 01 (RE01); a meta proposta para o RE03; o alinhamento do RE04 ao cenário decidido nesta reunião (item 5); o uso do termo “capacidade” no lugar de “qualidade” na descrição do RE04; a revisão da meta do RE04; o esforço para mitigação do RE07 e seu alinhamento com o objetivo de longo prazo da Empresa; e o uso do termo “desestatização” no lugar de “privatização ou abertura de capital” no RE08. O Colegiado sinalizou com a aprovação dos indicadores, mas solicitou a revisão das metas, de acordo com o cenário do Plano Estratégico aprovado nesta reunião, para apresentação na próxima reunião ordinária.

9. PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL (RVA) PARA O EXERCÍCIO DE 2021 – Em função da necessidade de encaminhamento de ata destacada para a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia – SEST/ME, o assunto foi tratado como a 16ª Reunião Extraordinária de 2020 do Conselho de Administração.

10. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS (PLR) PARA O EXERCÍCIO DE 2021 – Em função da necessidade de encaminhamento de ata destacada para a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Economia – SEST/ME, e da não participação do Conselheiro representante dos empregados, previsto na Lei 12.353/2010, art. 2º, § 3º, o assunto foi tratado como a 17ª Reunião Extraordinária de 2020 do Conselho de Administração.

11. FÉRIAS DO DIRETOR-PRESIDENTE – Não foi disponibilizado material prévio. O Diretor-Presidente apresentou a intenção de férias nos períodos de 21 a 24/12/2020, e 04 a 08/01/2021. O Colegiado aprovou as férias do Diretor-Presidente conforme apresentado.

12. PLANO DE TRABALHO DO COAUD – Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) Apresentação “Comitê de Auditoria Estatutário – Plano de Trabalho Anual – Exercício 2021”; e (ii) a apresentação “Reunião mensal CA e COAUD – Atuação COAUD – 2021”. Em função do andamento da reunião, e tendo ciência prévia do material, o Colegiado definiu pela apreciação do tema em reunião próxima.

13. PROPOSTA DE DESTITUIÇÃO E INDICAÇÃO DE NOVO TITULAR PARA A SUPCR – Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) Proposição de Voto 044/2020; e (ii) a Proposição de Voto 045/2020. Em função do andamento da reunião, o Presidente do Conselho questionou ao Diretor-

Presidente a possibilidade de apreciação do assunto em reunião futura. Foi respondido que o assunto poderia ser definido em janeiro. O Colegiado definiu pela apreciação da proposta na 1ª Reunião Ordinária de 2021. **14. ASSUNTOS GERAIS** – Não foi tratado nenhum assunto fora da pauta. **15. PRÓXIMA REUNIÃO** – Os Conselheiros confirmaram a data da 1ª Reunião Ordinária de 2021 para o dia 26 de janeiro de 2021, a partir das 08h30. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, às 13h50, e eu, Gustavo Assis Chaves, por ordem do Presidente do Conselho, lavrei a presente Ata, que, assinada por mim, foi apresentada para a assinatura dos Conselheiros.

LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO
Presidente do Conselho

NINA MARIA ARCELA
Conselheira

MARCO PAULO REIS TANURE
Conselheiro

JOÃO PEDRO VIOLA LADEIRA
Conselheiro

MARCO AURÉLIO SOBROSA FRIEDL
Conselheiro

Gustavo Assis Chaves
Secretário-Executivo